



# **Análise das Contribuições do FUNDEB para as Escolas Estaduais de Seropédica - RJ**

**Venícios Oliveira Alves**  
**venicios009@yahoo.com.br**  
**UFRRJ**

**Sheila Serafim da Silva**  
**sheila\_serafim@yahoo.com.br**  
**USP**

**Resumo:** A Educação é um direito de todos, assegurado na Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) de 1998. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 menciona que a educação é um dever da família e do Estado e tem por finalidade o desenvolvimento do educando no processo de preparação para o mercado de trabalho, bem como o exercício da cidadania. O objetivo principal deste estudo foi verificar a opinião de um grupo de professores a respeito da aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) nas escolas estaduais do município de Seropédica, no Estado do Rio de Janeiro. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre Educação e o FUNDEB, posteriormente, foi aplicado um questionário estruturado. Os resultados indicaram que os professores conhecem a forma de aplicação dos recursos do FUNDEB prevista em Lei, todavia, estes não consideram que o FUNDEB contribuiu para a melhoria da educação básica, sendo que as escolas apresentam um desempenho razoável nas avaliações oficiais do governo, além de não terem reconhecido a contribuição do FUNDEB para melhoria salarial. Além disso, os resultados indicaram que a infraestrutura da escola interfere na qualidade da educação. Mesmo investindo em ações para reduzir a evasão escolar, a taxa encontra-se entre 10 e 15% nas escolas estaduais de Seropédica. Contudo, os professores consideram a localização da escola, merenda escolar, transporte escolar e fornecimento de material didático como itens que mais favorecem a permanência dos alunos nas escolas. Concluiu-se que a aplicação dos recursos do FUNDEB ainda enfrenta grandes desafios no processo de melhoria das escolas estaduais de Seropédica.

**Palavras Chave:** Educação - FUNDEB - Escolas Estaduais - Professores -



## 1. INTRODUÇÃO

A melhoria educação pública brasileira é necessária, pois os alunos necessitam de uma boa qualidade educacional para poderem enfrentar o mundo com mais igualdade ao ingressarem no mercado de trabalho (ROCHA FILHO, 2009, p. 27). Para que ocorra a melhoria da educação, deve-se levar em conta a cidadania, bem como, o reconhecimento de direitos e deveres que devem caminhar juntos no processo de conscientização de um ensino público de qualidade para a população.

O art. 6º da CRFB de 1988 versa que a educação é um direito de todos, de caráter social. Com isso, a mesma se tornou uma das principais ferramentas responsável pela redução das desigualdades sociais existentes no país. Já a LDB menciona que a educação é um dever da família e do Estado e tem por finalidade o desenvolvimento do educando no processo de preparação para o mercado de trabalho, bem como o exercício da cidadania. Assim sendo, a educação como um direito social, a família e o Estado ficam responsáveis pela garantia desse direito, haja vista que a primeira intervém na educação, no sentido de conduta, moral e ética do educando e, o segundo, como o principal executor de políticas públicas educacionais, ambos visando o desenvolvimento do cidadão. Para que o Estado cumpra esta competência social de melhoria da educação, este vem ao longo dos anos implementando políticas públicas educacionais para que se garantam esses direitos, como a implementação do FUNDEF em 1998 e do FUNDEB em 2007.

Uma das formas de manifestação das políticas públicas educacionais ocorreu por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). Este, segundo Queiroz (2011 p. 30), foi criado pela Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996, regulamentada pela Lei 9.424/96 e pelo Decreto nº 2.264/97, esses instrumentos legais tiveram como objetivos centrais promover a universalização do ensino fundamental, equalizar os gastos entre as regiões do país nesse nível de ensino e promover a valorização dos profissionais do magistério. Com isso, visando à melhoria de toda a educação básica, em substituição ao FUNDEF, foi implantado em janeiro de 2007 o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB que foi intitulado pela Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006 e, posteriormente, transformada na Lei 11.494, de 20 de junho de 2007 (MOTTA, 2009, p. 09).

Dias (2016) apresentou alguns dados da educação com base no resultado do Censo Escolar de 2015, em que mostrou a existência 3 milhões de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos fora da escola no Brasil. Esse número contraria o Plano Nacional de Educação que prevê que todas as crianças e adolescentes com idade até 17 anos devem estar regularmente matriculadas. Os professores não têm a formação adequada, com total de mais de 518 mil professores da rede pública, 200 mil ministram aulas em áreas diferentes da sua formação. Os dados ainda mostram as dificuldades na compreensão de textos simples, as taxas de analfabetismo são altas com 13,2 milhões de brasileiras ainda não sabem ler e nem escrever. O Brasil foi o país que mais subiu sua média de pontuação no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). No entanto, o desempenho do país ainda é baixo. Em um ranking de 65 países, o Brasil está na 58ª posição.

Diante disso, este estudo buscará responder a seguinte pergunta: Quais as contribuições do FUNDEB sob a ótica de professores das escolas estaduais de Seropédica-Rj? A partir desta questão de pesquisa, definiu-se como objetivo analisar a opinião dos professores sobre as contribuições do Fundo Nacional de Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) nas escolas estaduais do município de Seropédica.



Justifica-se esta pesquisa, tendo em vista que desde a implementação do FUNDEB em 2007, conforme a tabela 1, o município de Seropédica não atingiu nenhuma das metas projetadas comparadas aos resultados Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) observado nos anos de 2007, 2009, 2011, 2013 e 2015. Enquanto isso, o Brasil ultrapassou as metas projetadas nos anos de 2007, 2009 e 2011 e o Estado do Rio de Janeiro atingiu as metas projetadas apenas nos anos de 2007 e 2009.

De acordo com Fernandes (2007), o IDEB é um indicador que objetiva verificar o cumprimento das metas fixadas no Termo de Adesão ao Compromisso Todos pela Educação, eixo do Plano de Desenvolvimento da Educação, do Ministério da Educação, que trata da educação básica que relaciona de forma positiva informações de rendimento escolar (aprovação) e desempenho (proficiências) em exames padronizados, como a Prova Brasil<sup>1</sup> e o Sistema de Avaliação da Educação Básica<sup>2</sup> (Saeb).

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2017). O IDEB é o principal indicador que mede a qualidade da educação básica no Brasil. Para fazer essa medição, o IDEB utiliza uma escala que vai de 0 a 10, ou seja, quanto maior o índice, melhor será a qualidade da educação básica. O IDEB também é importante por ser um condutor de política pública em prol da qualidade da educação. É a ferramenta de acompanhamento das metas de qualidade do Plano de Desenvolvimento da Educação que estabeleceu para o Brasil alcançar a média 6.0 até 2022, o que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável a dos países desenvolvidos.

**Tabela 1:** IDEB anos finais do ensino fundamental das escolas estaduais

Dependência Administrativa	IDEB observado						Metas Projetadas				
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015
<b>Brasil</b>	3.3	<u>3.6</u>	<u>3.8</u>	<u>3.9</u>	4.0	4.2	3.3	3.5	3.8	4.2	4.5
<b>Rio de Janeiro*</b>	2.9	<u>2.9</u>	<u>3.1</u>	3.2	3.6	3.7	2.9	3.1	3.3	3.7	4.1
<b>Seropédica</b>	3.3	2.8	2.8	3.4	2.7	**	3.3	3.4	3.7	4.1	4.5

**Fonte:** Dados obtidos no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)

**Notas:** \*Estado do Rio de Janeiro / \*\*Sem média na Prova Brasil 2015: não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado.

## 2. REVISÃO DA LITERATURA

### 2.1. EDUCAÇÃO NACIONAL

A CRFB de 1988 definiu que a União, os Estados, Municípios e o Distrito Federal devem organizar os seus sistemas de educação em regime de colaboração. Entretanto, ela instituiu os sistemas de ensino na esfera municipal, mas não definiu como competências dos municípios a de legislar sobre o seu próprio sistema.

Segundo Camini (2010) o Ministério da Educação se propõe construir um regime de colaboração que trata as relações entre os sistemas de ensino dos entes federados com foco na educação, fazendo com que de forma articulada, consigam alcançar a finalidade nacional comum, assumindo o compromisso de assisti-los tecnicamente e financeiramente na execução de propostas e ação que visem à melhoria da educação.

<sup>1</sup> Criada com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino ministrado nas escolas das redes públicas.

<sup>2</sup> Tem como principal objetivo realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de alguns fatores que possam interferir no desempenho do estudante, fornecendo um indicativo sobre a qualidade do ensino ofertado.



Camini (2010) observa um movimento pendular em que com base nas opiniões e estudos realizados entre os entes federados no que se refere às políticas públicas educacionais no Brasil, pode se observar um movimento pendular, de avanços e retrocessos ao longo da história. Por esse motivo que esse debate é bastante constante. No entanto, para superar as desigualdades no que se refere à distribuição de recursos e responsabilidades, o principal caminho é a continuidade dos debates que buscam construir relações sem subordinação que preservem a autonomia de cada ente federado.

Oliveira (2009, p. 64), almeja que os debates sobre o financiamento da educação básica e sobre a construção de um projeto político pedagógico para o ensino médio extrapolem os muros das escolas, das secretarias de educação e da academia para fazer parte da agenda de outros espaços da sociedade, principalmente, daqueles que sejam expressões de organização dos trabalhadores, de forma que num futuro não muito distante possamos vivenciar uma nova realidade, na qual exista uma maior possibilidade de escolas públicas de qualidade para a sociedade.

Segundo Vieira (2007) a educação básica é um conceito novo, sendo originária na década de oitenta, a introdução do conceito de “educação para todos” a partir da Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien na Tailândia, em 1990. Naquela oportunidade, elaborou-se um documento denominado “Declaração Mundial sobre Educação para Todos”, que abordava a educação básica com a base para o aprendizado e desenvolvimento humano, em que os países poderiam construir seus níveis e tipos de educação. No Brasil o termo “educação básica” não aparece na Constituição de 1988, entretanto, abre caminho para que essa expressão apareça na LDB de 1996.

Para Cury (2015) a educação básica é um bem público, quando ofertada pelo poder público. A Educação básica é dever do Estado, mas para fazer da educação um direito efetivamente de todos era imprescindível que houvesse algo em comum ou universal com a expressão da educação básica. Assim, na LDB, o termo educação básica vem acompanhando um conjunto de artigos do adjetivo comum. A ligação entre básico e comum carrega um sentido próprio. A noção de comum atrelado à educação básica é um direito que intenciona o aprendizado de saberes válidos para qualquer pessoa que corresponde às necessidades educativas para o desenvolvimento humano, que vai além dos conhecimentos científicos, democracia, cidadania e direitos humanos.

## 2.2. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB E FUNDEF

Gomes e Morgado (2007, p. 237), salientam que a alocação de recursos por meio do FUNDEB encontra dificuldade de compreensão e que a contabilidade pública não é suficientemente transparente. Sendo que quanto maior a transparência na alocação dos recursos menores serão as possibilidades de desvios.

O FUNDEB é uma das ações implementadas com o intuito de alcançar uma melhor educação. A qualidade da educação é apurada por um índice que considera desempenho e fluxo dos alunos, entendendo que esses resultados podem traduzir os efeitos de investimento em educação, de ações e programas desenvolvidos pelos vários entes da federação. No entanto, o FUNDEB como um mecanismo que distribui e aloca recursos nos vários níveis da educação básica, não instituiu um efetivo padrão de qualidade como norte para sua implementação (OLIVEIRA; TEIXEIRA, 2009, p.13).

Queiroz (2010) e Motta (2009) salientam que os recursos do FUNDEB devem ser aplicados na manutenção e no desenvolvimento da educação básica pública, observando-se os respectivos âmbitos de atuação prioritária dos Estados e Municípios, sendo que no mínimo 60% desses recursos devem ser gastos exclusivamente com profissionais do magistério em



efetivo exercício da educação básica pública, e a parcela restante, que deve ser de no máximo 40%, seja aplicada nas demais ações de manutenção e desenvolvimento também da educação básica pública.

### *2.2.1. AS PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE O FUNDEF E O FUNDEB*

Ao comparar os princípios e fundamentos entre o FUNDEF e o FUNDEB, leva-se em consideração que o FUNDEF veio para atender apenas o ensino fundamental, em contrapartida o FUNDEB de uma forma mais abrangente surgiram para atender todas as necessidades educação básica brasileira.

Pode-se considerar que as regras gerais instituídas pela Emenda Constitucional (EC) nº 53/2006 agregam equidade aos valores implícitos no modelo de financiamento anterior, particularmente no que se refere à inclusão de outros níveis e modalidades de ensino relativo à educação básica. O atraso ocorre quando o novo Fundo induz a expansão das matrículas e novas relações federativas para a distribuição dos recursos de manutenção e desenvolvimento do ensino, mas negligencia a qualidade da educação como seu fundamento (OLIVEIRA; TEIXEIRA, 2009, p. 3).

Assim, Oliveira e Teixeira (2009, p. 7) afirmam que a principal fragilidade do FUNDEF tem sido tardiamente apontada pela maioria dos especialistas como decorrência do fato de o fundo financiar somente o ensino fundamental em prejuízo da educação infantil e ao ensino médio. Esse foi o principal fato que motivou a criação do FUNDEB como um fundo para financiamento em conjunto com os diferentes níveis e modalidades da educação básica.

O FUNDEB amplia os níveis de ensino a serem atendidos, compromete a União com recursos para o financiamento da educação, estabelece coeficientes de diferenciação para a destinação de recursos entre os diferentes níveis e modalidades de ensino e complementa aspectos do Fundo para o ensino fundamental, respondendo as críticas que haviam sido feitas na década anterior (OLIVEIRA; TEIXEIRA, 2009, p. 9 e 10).

### *2.2.2. FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DO FUNDEB*

Segundo Gomes (2008), nas últimas décadas a sociedade civil elevou seu grau de exigência com relação transparência das ações e programas de governo, por meio dos conselhos de representação social, principalmente, daqueles que tratam de serviços essenciais como, saúde, assistência social e educação. A participação da sociedade civil nos conselhos contribui para um diálogo entre o poder público e a sociedade e aumento da transparência do processo e na visibilidade de má aplicação do dinheiro público.

A forma de controle exercida pela própria Administração Pública e por organizações privadas é chamada de controle institucional. De acordo com a lei nº 11.494/2007 a fiscalização dos recursos do FUNDEB é realizada pelos Tribunais de Contas dos Estados e Municípios e, quando há recursos federais, o Tribunal de Contas da União e a Controladoria Geral da União (CGU) também atuam nessa fiscalização.

Esse tipo de fiscalização é diferente do trabalho realizado pelos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, tendo em vista que o mesmo não tem legitimidade para examinar e aplicar as devidas penalidades, na hipótese de irregularidades. Quando encontradas irregularidades pelos Tribunais de Contas o Ministério Público, complementa a atuação destes, tomando providências formais no âmbito do Poder Judiciário.

A CRFB de 1988 reconhece o povo como detentor de todo poder e garante diversas formas de exercê-lo diretamente. A participação direta da comunidade e do cidadão na





definição, fiscalização, controle e avaliação das políticas e dos recursos públicos constituem uma das formas de impedir desvios, irregularidades, fraudes e corrupção (CGU, 2010, p. 18).

Foram elaboradas leis que criaram os Conselhos sinalizando alguns elementos importantes para analisar a representação social, pois estipulam normas que define quem pode participar e sobre o que se delibera e qual o tipo de relação existente entre o Conselho e a administração pública. Os Conselhos são os mecanismos que pelos quais os cidadãos participam por intermédio de instituições ou organizações (GOMES, 2008. p.16).

### **3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

#### **3.1. LOCAL DE ESTUDO**

De acordo com dados do IBGE (2017), o município de Seropédica surgiu com a criação do distrito Bananal pela Lei Provincial n.º 549, de 30 de agosto de 1851, e pelos Decretos Estaduais n.º 1, de 08-05-1892, e n.º 1-A, de 03-06-1892, subordinado ao município de Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro. Posteriormente, pela Lei Estadual n.º 1.801, de 0801-1924, o distrito de Bananal passou a denominar-se Padioba, pela Lei Estadual n.º 2.069, de 29-11-1926, o distrito de Padioba passou a denominar-se Seropédica. Entretanto, o município ainda encontrava se subordinado ao município de Itaguaí. Por fim, o distrito de Seropédica foi elevado à categoria de município através da Lei Estadual n.º 2.446, de 12-10-1995, Seropédica tornou-se município independente de Itaguaí. Seu nome advém de um neologismo formado por duas palavras: uma, de origem latina, *sericeo* ou *serico*, que significa seda, e outra, grega, *pais* ou *paidós*, que significa tratar ou consertar. Um local, portanto, onde se trata ou se fabrica seda. O perfil atual é de uma extensão da cidade universitária.

#### **3.2. PROCEDIMENTOS E COLETA DE DADOS**

O instrumento de coleta de dados principal foi através da aplicação de um questionário estruturado. Para realização da pesquisa inicialmente foi entregue as escolas um Termo de Concordância da Instituição que versava sobre o objetivo da pesquisa e que a participação na pesquisa seria voluntária, garantindo o sigilo e a confidencialidade das informações dos professores participantes e por fim, solicitava autorização ao responsável pela escola para realização da pesquisa.

Segundo censo do IBGE 2010, o município de Seropédica possui uma população de 78.186 habitantes. De acordo com o Censo Escolar de 2015 o município de Seropédica possui 9 escolas públicas estaduais. Foram visitadas todas essas escolas nos meses de maio e junho de 2017 para saber a quantidade de professores de cada escola e solicitar autorização para a realização da pesquisa. Todas as escolas informaram o número total de professores. No entanto, nem todas aceitaram participar da pesquisa conforme a tabela 2 abaixo. A aplicação do questionário nas escolas participantes da pesquisa ocorreu nas salas dos professores durante os intervalos do recreio nos turnos da manhã, tarde e noite. Com isso, foi possível obter um total de 48 questionários respondidos entre todas as escolas participantes da pesquisa.



**Tabela 2:** Escolas Estaduais do município de Seropédica / Número de professores por escola / Número de professores que responderam o questionário

Escola	Número de professores por escola***	Número de professores que responderam ao questionário
CE Alice de Souza Bruno	21	05
CE Alvarina de Carvalho Janotti	30	07
CE Bananal****	6	0
CE Barão de Tefe****	60	0
CE Presidente Dutra****	56	0
CE Professor Roberto Lyra	30	5
CE Professor Waldemar Raythe	43	09
CIEP 155 Maria Joaquina de Oliveira	72	13
CIEP 156 Doutor Albert Sabin	60	09
<b>TOTAL</b>	<b>378</b>	<b>48</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa

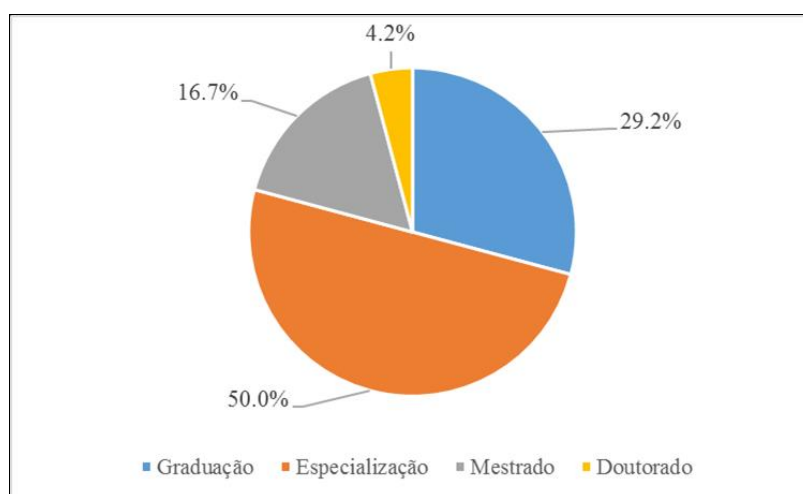
**Notas:** \*\*\*Número de professores informado pelas escolas / \*\*\*\*Escolas que não participaram da pesquisa

### 3.3. ANÁLISE DOS DADOS

O processo de análise dos dados consiste na organização das ideias de forma sistematizada visando à elaboração do relatório final da pesquisa. Nesse sentido, a análise dos questionários ocorreu por meio de estatísticas descritivas através da correlação linear de Pearson, construção de tabelas com níveis de frequências e gráficos com percentuais que evidenciaram a percepção dos professores sobre a aplicação dos recursos do FUNDEB nas escolas estaduais do município de Seropédica.

### 4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A maioria dos participantes da pesquisa 58,3% (n=28) foi do sexo feminino, 39,6% (n=19) do sexo masculino e 2,1% (n=1) não respondeu a questão. Quanto à escolaridade a Figura 1 mostra que a maioria dos professores possui o grau de especialização e poucos professores possuem o título de doutorado. Com relação à idade 8,3% (n=4) possuíam entre 18 e 29 anos, 25% (n=12) possuíam de 30 a 39 anos, 31,3% (n=15) possuíam de 40 a 49 anos e 35,4% (n=17) possuíam idade entre 50 e 59 anos e nenhum dos professores apresentou idade superior a 60 anos.



**Figura 1:** Escolaridade dos professores que participaram da pesquisa

**Fonte:** Dados da pesquisa.

No que diz respeito à remuneração salarial, 20,8% (n=10) responderam que recebem entre 1 a 2 salários mínimos, 39,6% (n=19) recebem de 2 a 4 salários mínimos, 25% (n=12)



recebem de 4 a 6 salários mínimos, 2,1% (n=1) recebe acima de 6 salários mínimos e 12,5% (n=6) não responderam a questão. Quando questionados sobre o tempo de atuação como professor, 6,3% (n=3) responderam que possuem menos de 5 anos, 20,8% (n=10) possuem 5 a 10 anos, 43,8% (n=21) possuem de 10 a 20 anos, 14,6% (n=7) possuem de 20 a 30 anos, 2,1% (n=1) possui mais de 30 anos e 12,5% (n=6) não responderam a questão.

Com os esses dados pode se verificar que não existe correlação entre escolaridade e faixa salarial dos professores ( $r=0,017$ ;  $p=0,906$ ). Por outro lado, observa-se correlação entre o tempo de profissão e a faixa salarial dos professores ( $r=0,430$ ;  $p=0,002$ ). Já quando comparado o sexo e a faixa salarial pode se constatar que os homens possuem um maior salário na correlação com as mulheres ( $r=0,0315$ ;  $p=0,029$ ). Enquanto os homens ganham em média entre 4 a 6 salários mínimos e as mulheres ganham em média de 2 a 4 salários mínimos.

Foi perguntado sobre o conhecimento das formas de aplicação dos recursos do FUNDEB previstos em lei e a maioria dos professores 72,9% (n=35) afirmaram ter conhecimento e 27,1% (n=13) não tem conhecimento. Esse resultado foi muito importante, pois trouxe maior coerência às respostas dos questionários. Nessa mesma questão foi perguntado o que os professores conheciam sobre as formas de aplicação do FUNDEB, os itens mais citados nas respostas foram elencados na Tabela 3 com o número e porcentagem da frequência que aparecerem nas respostas.

**Tabela 3:** Itens que os professores conhecem sobre as formas de aplicação dos recursos do FUNDEB

Itens citados	Frequência	
	Número	%
Capacitação de Professores	11	22.9%
Pagamento de Salários dos Professores	16	34.3%
Investimento na Educação Básica	12	25.7%
Aquisição de Materiais Didáticos	5	11.4%
Tudo o que é divulgado	3	5.7%

**Fonte:** Dados da pesquisa.

Quanto à criação do FUNDEB, 33,3% (n=16) dos professores acham que a criação do FUNDEB contribuiu para a melhoria da educação ofertada na sua escola, 39,6% (n=19) responderam que não contribui e 25% (n=12) responderam que contribui em parte.

Na Tabela 4 foram elencados os principais itens que os professores consideram necessários para desempenhar suas atividades de forma satisfatória na sua escola levando em consideração o número de frequência que apareceram nas respostas.

**Tabela 4:** Itens que os professores consideram necessários para desempenhar de forma satisfatória suas atividades na escola.

Itens Citados	Frequência	
	Número	%
Recursos tecnológicos	19	39,6%
Valorização Salarial	18	37,5%
Recursos pedagógicos	15	31,2%
Formação Continuada	14	29,8%
Estrutura física	10	20,8%
Reconhecimento Profissional	8	16,7%
Número adequado de alunos por sala de aula	3	6,3%
Boa Gestão Escolar	2	4,2%
Interesse do aluno	2	4,2%
Participação da família	2	4,2%

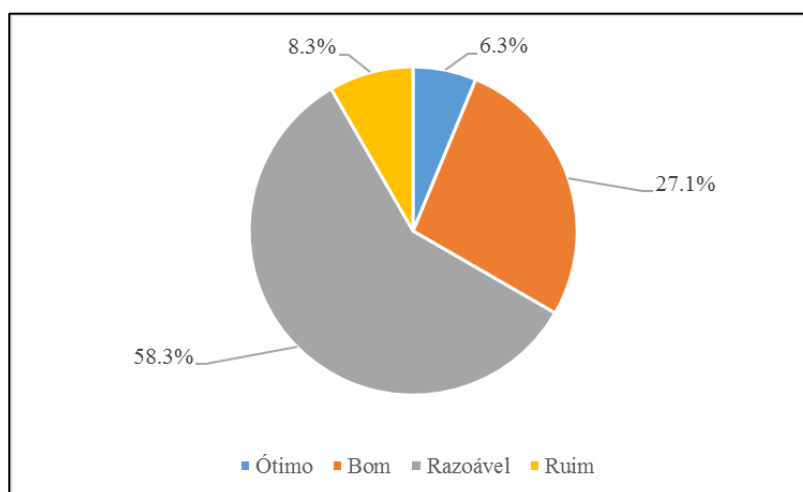
**Fonte:** Dados da pesquisa.





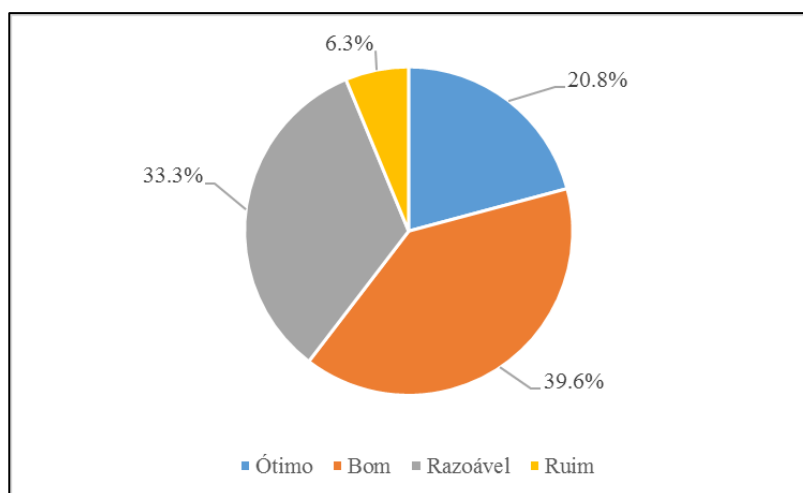
Quanto à remuneração salarial, 16,7% (n=8) dos professores acredita que o FUNDEB trouxe melhorias salariais em sua escola, 64,6 % (n=31) responderam que não houve melhorias salariais e 18,8% (n=9) não souberam informar. A maioria das respostas demonstra que o FUNDEB não está cumprindo a finalidade para o qual foi criado, sendo que conforme previsto em lei, o mínimo de 60% dos recursos do FUNDEB deve ser aplicado na remuneração dos profissionais da educação.

A Figura 2 apresenta o desempenho das escolas estaduais de Seropédica nas avaliações oficiais do governo segundo a opinião dos professores que participaram dessa pesquisa. Em sua maioria, os professores consideram que as escolas possuem um desempenho razoável. Esse fato pode ser observado nos resultados do IDEB ao longo dos anos em que as escolas estaduais do município de Seropédica em sua totalidade não atingiram as metas projetadas.



**Figura 2:** Opinião dos professores sobre o desempenho da sua escola nas avaliações oficiais do governo  
**Fonte:** Dados da pesquisa.

Em relação ao espaço físico, 72,9% (n=35) dos professores acreditam que o espaço físico escolar interfere muito na qualidade da educação ofertada em sua escola, 16,7% (n=8) acreditam que interfere pouco, 6,3% (n=3) acreditam que é indiferente e 4,2% (n=2) não responderam. Quanto à classificação do espaço físico da sua escola conforme a Figura 3, a maior parte dos professores classifica como: bom por 39,6% (n=19), razoável por 33,3% (n=16) e ruim por 6,3% (n=3).



**Figura 3 -** Opinião dos professores sobre o espaço físico da sua escola  
**Fonte:** Dados da pesquisa.



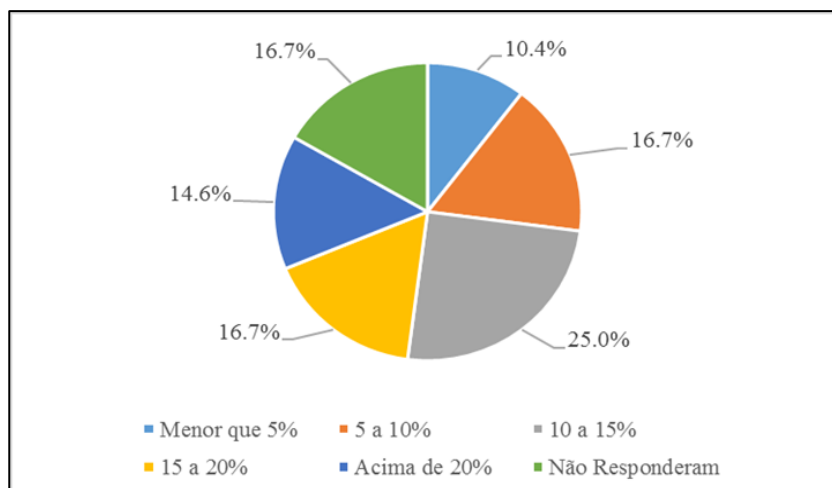
Na Tabela 5 mostra os itens mais citados que os professores consideram importante para o espaço físico de sua escola. Quadra poliesportiva, sala multimídia, biblioteca, laboratório de informática e auditório foram os mais citados.

**Tabela 5:** Itens que os professores consideram importante para o espaço físico da sua escola

Itens citados	Frequência	
	Número	%
Quadra poliesportiva	25	50,1%
Sala multimídia	25	50,1%
Biblioteca	23	47,9%
Laboratório de informática	18	37,5%
Auditório	18	37,5%
Salas amplas e iluminadas	14	29,2%
Laboratório de ciências	12	25%
Limpeza	10	20,8%
Salas climatizadas	7	14,6%
Vestiário	7	14,6%
Banheiros adequados	6	12,5%
Piscina	6	12,5%
Refeitório estruturado	4	8,3%
Manutenção do espaço físico	3	6,3%
Não responderam	3	6,3%
Segurança	2	4,2%
Internet	2	4,2%
Mobiliário	1	2,1%

**Fonte:** Dados da pesquisa.

Segundo Neri et al (2015) a evasão escolar está estritamente ligada à pobreza, sendo que o trabalho infantil é um dos principais fatores que prejudica os estudantes nos níveis educacionais, pois a falta de uma educação de qualidade para dar suporte ao aluno acaba levando muitos jovens ao trabalho precoce e aos baixos níveis educacionais. A Figura 4 mostra a taxa de evasão escolar das escolas estaduais de Seropédica na percepção dos professores.



**Figura 4:** Percepção dos professores em relação à taxa de evasão de alunos

**Fonte:** Dados da pesquisa.

Na Tabela 6 estão os itens que foram mais citados pelos professores como justificativa das evasões nas escolas estaduais do município de Seropédica. Em sua maioria o ingresso no mercado de trabalho foi o mais citado, porém ainda existem outros problemas de caráter social que engloba esse arcabouço.



**Tabela 6:** Justificativa apontada pelos professores em relação às evasões de alunos em suas escolas

Itens citados	Frequência	
	Número	%
Ingresso no mercado de trabalho	22	45,8%
Falta de interesse do aluno	10	20,8%
Falta de apoio da família	8	16,7%
Gravidez	6	12,5%
Não sabe informar	6	12,5%
Falta de políticas públicas para valorizar a Educação	4	8,3%
Desigualdade social	3	6,3%
Mudança de endereço	3	6,3%
Marginalização dos jovens	3	6,3%
Não responderam	3	6,3%
Reprovações	2	4,2%
Transporte	2	4,2%
Greve	1	2,1%
Desemprego	1	2,1%

**Fonte:** Dados da pesquisa.

A maioria dos professores 89,6% (n=43) disseram que existem ações para reduzir a evasão na sua escola, apenas 6,3% (n=3) disseram que não, 4,2% (n=2) não responderam. Essas ações estão elencadas na tabela 7. Já em relação às ações da Secretaria do Estado de Educação (SEEDUC) para diminuir o número evasões nas escolas estaduais de Seropédica, 31,3 % (n=15) responderam que existem ações da SEEDUC para reduzir as evasões escolares, 60,4% (n=29) responderam que não existem ações e 8,3% (n=4) não responderam. Dentre as ações da SEEDUC, foram elencadas pelos professores: acompanhamento do aluno com o Ministério Público; acompanhamento das ações implementadas pelas escolas; contato com a família do aluno; realização de feiras pedagógicas; FICAI<sup>3</sup> e maior número de projetos.

**Tabela 7:** Opinião dos professores em relação às ações da escola para diminuir o número de evasões

Itens citados	Frequência	
	Número	%
Contato com a família	19	44,2%
Aulas atrativas	6	14%
Criação de projetos escolares	6	14%
Não responderam	5	11,6%
Atividades extraclasse	3	7%
Apoio do conselho tutelar	2	4,7%
Mudança do horário do recreio para início da aula	2	4,7%
Não sabe informar	2	4,7%
Contato com alunos faltosos	2	4,7%
Apoio pedagógico	2	4,7%
Melhoria da escola	1	2,3%
Criação da brinquedoteca para filhos de alunos	1	2,3%
FICAI	1	2,3%
Controle de frequência	1	2,3%

**Fonte:** Dados da pesquisa.

Por fim, na Tabela 8 os professores elencaram os principais itens que acreditam favorecer o acesso e a permanência dos alunos na sua escola. A Localização da escola é um fator importante tendo em vista que o município de Seropédica possui bairros bem distantes

<sup>3</sup> A FICAI (Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente) é um instrumento operacional previsto em legislação para o acompanhamento do Conselho Tutelar e Ministério Público na notificação de casos de infrequência, de crianças e adolescente, até 18 anos incompletos, matriculados na rede estadual de ensino, após 10 dias de faltas consecutivas ou alternadas, dentro do bimestre.



uns aos outros, com isso a proximidade com a escola acaba sendo um determinante para permanência do aluno na escola. Nos bairros que os alunos não possuem escolas o transporte escolar se torna uma demanda fundamental para permanência do aluno na escola. Já garantia da merenda escolar e fornecimento do material escolar são itens fundamentais que contribui efetivamente para o bom desempenho do aluno.

**Tabela 8:** Itens que os professores acreditam que mais favorecem o acesso e a permanência dos alunos na sua escola

Itens citados	Frequência	
	Número	%
Localização da Escola	37	77.1%
Merenda Escolar	33	68.8%
Transporte Escolar	18	37.5%
Fornecimento de Material Didático	10	20.8%

**Fonte:** Dados da pesquisa.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa analisou a opinião dos professores da rede estadual do município de Seropédica - RJ quanto à aplicação dos recursos do FUNDEB.

Os professores conhecem as formas de aplicação do FUNDEB, todavia, não consideram que ele contribuiu para melhoria da educação básica em sua escola. Estes professores consideram que os recursos tecnológicos, a valorização salarial, os recursos pedagógicos e a formação continuada são itens necessários para desempenharem de forma satisfatória suas funções, não houve melhoria salarial na categoria de professores com a implementação do FUNDEB e o desempenho das escolas estaduais de Seropédica é razoável nas avaliações oficiais do governo.

De acordo com os professores, o espaço físico da escola interfere na qualidade da educação ofertada, sendo que os espaços físicos das escolas encontram-se em bom estado de conservação. Entretanto, necessitam de melhor infraestrutura, como quadra poliesportiva, sala de multimídia, biblioteca, laboratório de informática, auditório, salas amplas e iluminadas, laboratórios de ciências, entre outros.

Para os professores, as escolas estaduais de Seropédica possuem uma taxa de evasão de 10 a 15% e tem como justificativa o ingresso no mercado de trabalho durante o período escolar, a falta de interesse do aluno, a falta de apoio da família e gravidez. No entanto, há algumas ações das escolas para reduzir a taxa de evasão, tais como: o contato com a família, as aulas atrativas e a criação de projetos de extensão. Em relação à SEEDUC, poucos professores demonstraram ter conhecimento das ações para reduzir o número de evasões escolares. Contudo, em sua maioria consideram que a localização das escolas, a merenda escolar, o transporte escolar e o fornecimento de material didático como itens que mais favorecem a permanência dos alunos nessas escolas.

Essa pesquisa contribuiu para o debate do FUNDEB, apresentando os seus principais desafios e limitações para o desenvolvimento da educação básica, bem como corroborou para o aperfeiçoamento dessa política pública nas escolas públicas.

Conclui-se que o FUNDEB ainda enfrenta grandes desafios no processo de melhoria das escolas estaduais no município de Seropédica, pois se verificou por meio da opinião dos professores que a aplicação dos recursos do FUNDEB nem sempre significa melhoria na educação. Diante do resultado dessa pesquisa, recomenda-se a realização de novas pesquisas visando identificar os principais desafios enfrentados na aplicação dos recursos FUNDEB na melhoria da educação brasileira.



## 6. REFERÊNCIAS

- CAMINI, Lucia.** A relação do MEC com os entes federados na implantação do PDE/Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação: Tensões e Tendência. *Jornal de Políticas Educacionais*, v. 4, n. 8, 2010.
- CGU** (Controladoria Geral da União). Cartilha de Controle Social - Segunda edição. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br>>. Acesso em: 12 de julho de 2017.
- CRFB** (Constituição da República Federativa do Brasil) de 1998. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- CURY, Carlos Roberto Jamil.** A organização da educação básica e a base nacional comum. *Revista do Instituto de Ciências Humanas*, v. 11, n. 14, 2016. ISSN 2359-0017. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br>>. Acesso em: 08 Out. 2017.
- DIAS, Tatiana.** Sete dados que mostram como está a educação brasileira hoje. *NEXO JORNAL*. 2016. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br>>. Acesso em 08 de out de 2017.
- FERNANDES, Reynaldo.** Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB): metas intermediárias para a sua trajetória no Brasil, estados, municípios e escolas. INEP/MEC, 2007.
- GOMES, Candido Alberto; CHAVES RODRIGUES MORGADO, Patrícia Cristina.** Financiamento do ensino médio: transparência ou opacidade?. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 15, n. 55, 2007.
- GOMES, Elson Luiz Teixeira.** Atuação do conselho de acompanhamento e controle social do FUNDEB (CACS-FUNDEB) na execução do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE). 2008. 65 f. Monografia (Especialização em Gestão de Programas e Projetos Educacionais), Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- IBGE** (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>> Acesso em 22 de maio de 2017.
- INEP** (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). IDEB resultados e Metas. Disponível em: <<http://IDEB.inep.gov.br>> Acesso em 01 de Junho de 2017.
- MOTTA, Daêr José Vieira da.** FUNDEB no Espírito Santo sob os efeitos FUNDAP. 2009. 42 f. Monografia (Especialização em Gestão de Programas e Projetos Educacionais) Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade, Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- NERI, Marcelo et al.** Motivos da evasão escolar. 2015. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.abong.org.br>>. Acesso em 06/06/2017.
- OLIVEIRA, Ramon de.** Possibilidades do Ensino Médio Integrado diante do financiamento público da educação. *Educação e Pesquisa*, v. 35, n. 1, 2009.
- OLIVEIRA, Rosimar de Fátima; TEIXEIRA, Beatriz de Bastos.** Do FUNDEF ao FUNDEB: a qualidade ainda fora de pauta. *Vertentes*, v. 33, p. 36-47, 2009.
- QUEIROZ, Dimas Barrêto de.** Incompatibilidade entre o FUNDEB e a Lei de Responsabilidade Fiscal quanto às despesas com Pessoal e Encargos Sociais: Um Estudo de Caso nos Municípios Paraibanos. Dissertação (Programa Multi-institucional e Inter Regional de Pós Graduação em Ciências Contábeis) UFPB –UNB – UFRN. João Pessoa, 2011.
- SEEDUC** (Secretaria do Estado de Educação do Rio de Janeiro). Lançamentos de Notas: orientações para professor. *Conexão Escola*. Disponível em: <<http://conexaoescola.rj.gov.br>> Acesso em: 09 de Junho de 2017.
- VIEIRA, Sofia Lerche.** Políticas e gestão da educação básica: revisitando conceitos simples. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE*, [S.l.], v. 23, n. 1, mar. 2011. ISSN 2447-4193. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19013>>. Acesso em: 08 out. 2017.